

Volume 1

Tópicos

em língua portuguesa

Estudos linguísticos e pedagógicos

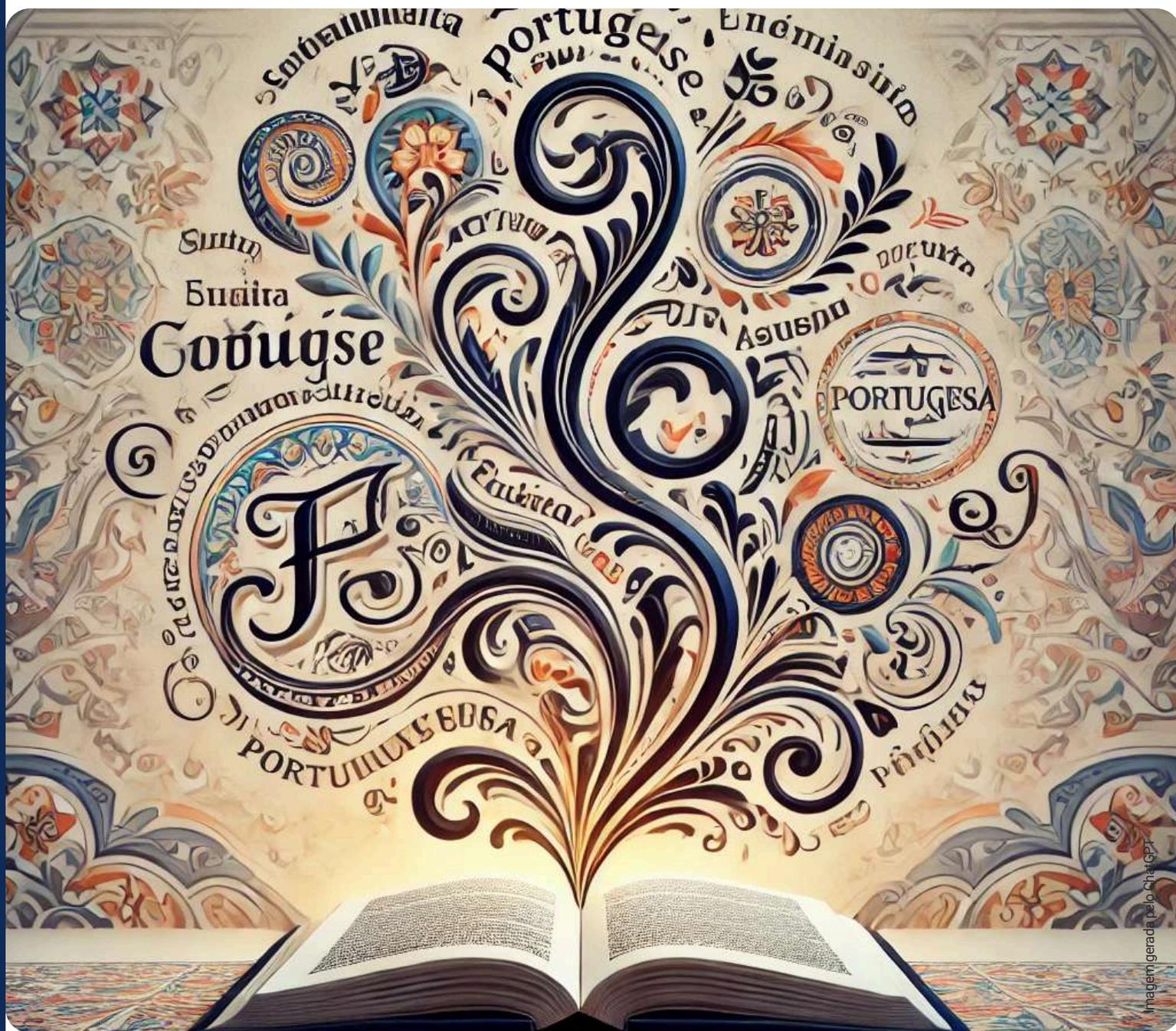


Imagem gerada pelo ChatGPT



Guarulhos
CIDADE
EDUCADORA





Por formação e inclinação, eu pessoalmente gosto de separação, mas a linguagem escolheu não cooperar.

(Langacker, 2008, p. 13)

EXPEDIENTE



Prefeito de Guarulhos
Gustavo Henric Costa

Secretário Municipal de Educação
Alex Viterale

Subsecretaria de Educação
Fábia Costa

Diretora do Departamento de Orientações
Educaionais e Pedagógicas - DOEP
Solange Turgante Adamoli

Elaboração e autoria

**Professora Mestre Gláucia
Antonovicz Lopes**

**Professor Doutor Janderson Lemos
de Souza - UNIFESP**

Diagramação

Thiago Adonai Araujo Alves

**Professora Mestre Gláucia
Antonovicz Lopes**

**Departamento de Orientações
Educaionais e Pedagógicas - DOEP
Divisão Técnica Currículo e Análise de
Materiais Diáticos**

Guarulhos, 2024

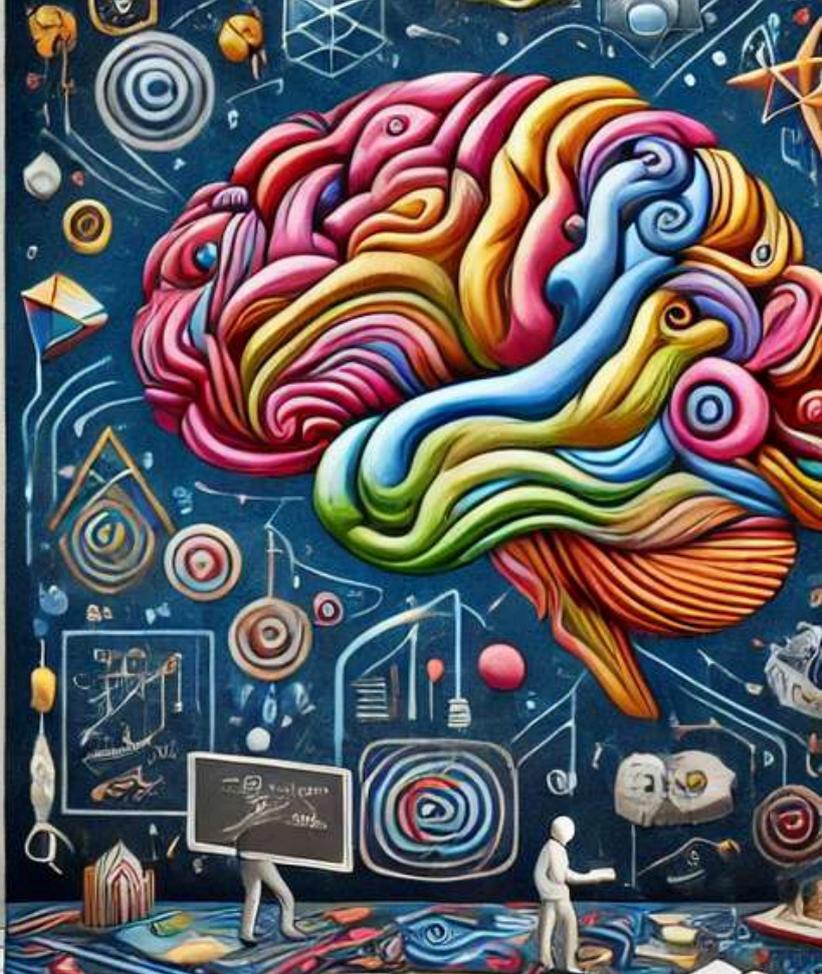
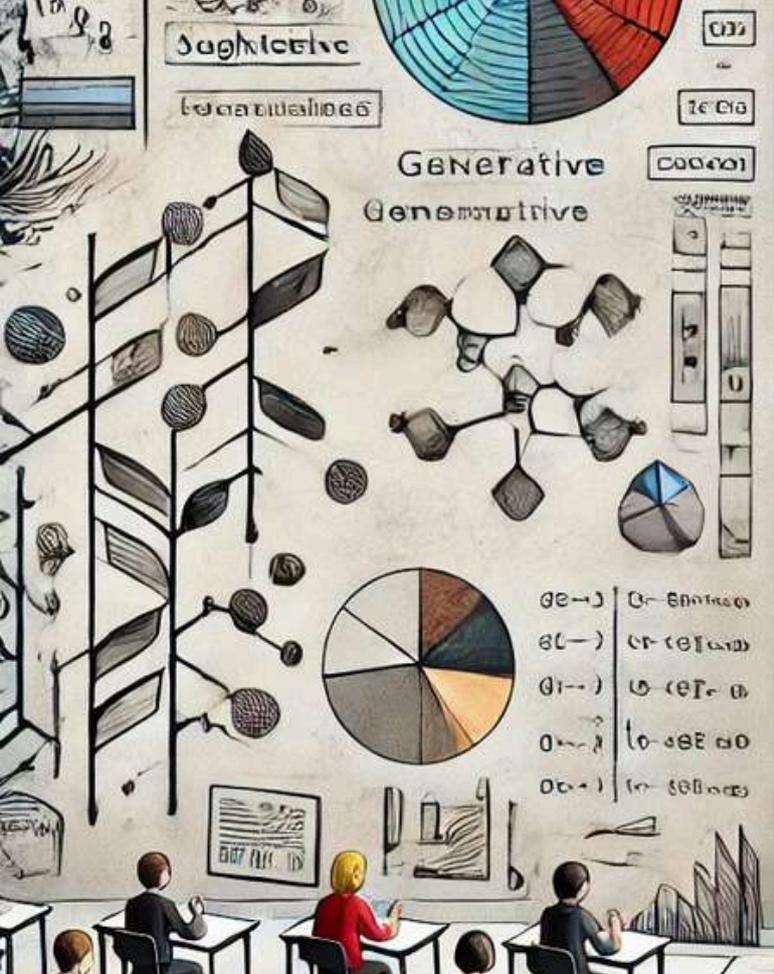


Imagem gerada pelo ChatGPT

CARTA AO LEITOR

É com imensa satisfação e alegria que publicamos esta revista produzida pela Divisão Técnica Currículo e Análise de Materiais. Apresentamos as reflexões que subsidiaram o curso “Tópicos em Língua Portuguesa” que aconteceu no ano de 2024 e foi ofertado aos docentes e aos gestores da rede.

Ressalta-se o curso foi amparado pela Portaria nº 182/2023–SE, de 23 de agosto de 2023 em continuidade ao curso “Caminhos e Possibilidades para a Educação Inclusiva”. Além disso, as reflexões aqui apresentadas foram elaboradas pela Professora Doutoranda em Letras Gláucia Antonovicz Lopes (Professora de Educação Básica - EJA - Língua Portuguesa) em parceria com o Professor Doutor em Letras Janderson Lemos de Souza (UNIFESP - Guarulhos), seu orientador.

Agradecemos à Secretaria de Educação de Guarulhos pela oportunidade e convidamos a todos para essa leitura pelo mundo da Linguística. Esperamos contribuir com a formação tanto profissional quanto pessoal de cada docente da Prefeitura de Guarulhos, bem como para o aprimoramento de nossas práticas educativas.

Divisão Currículo e Análise de Materiais Didáticos

SUMÁRIO

05

**Vamos conversar sobre
consciência linguística?**

09

**Teorias linguísticas e a
gramática normativa**

14

A variação linguística

20

A estrutura das línguas
Fonologia
Morfologia

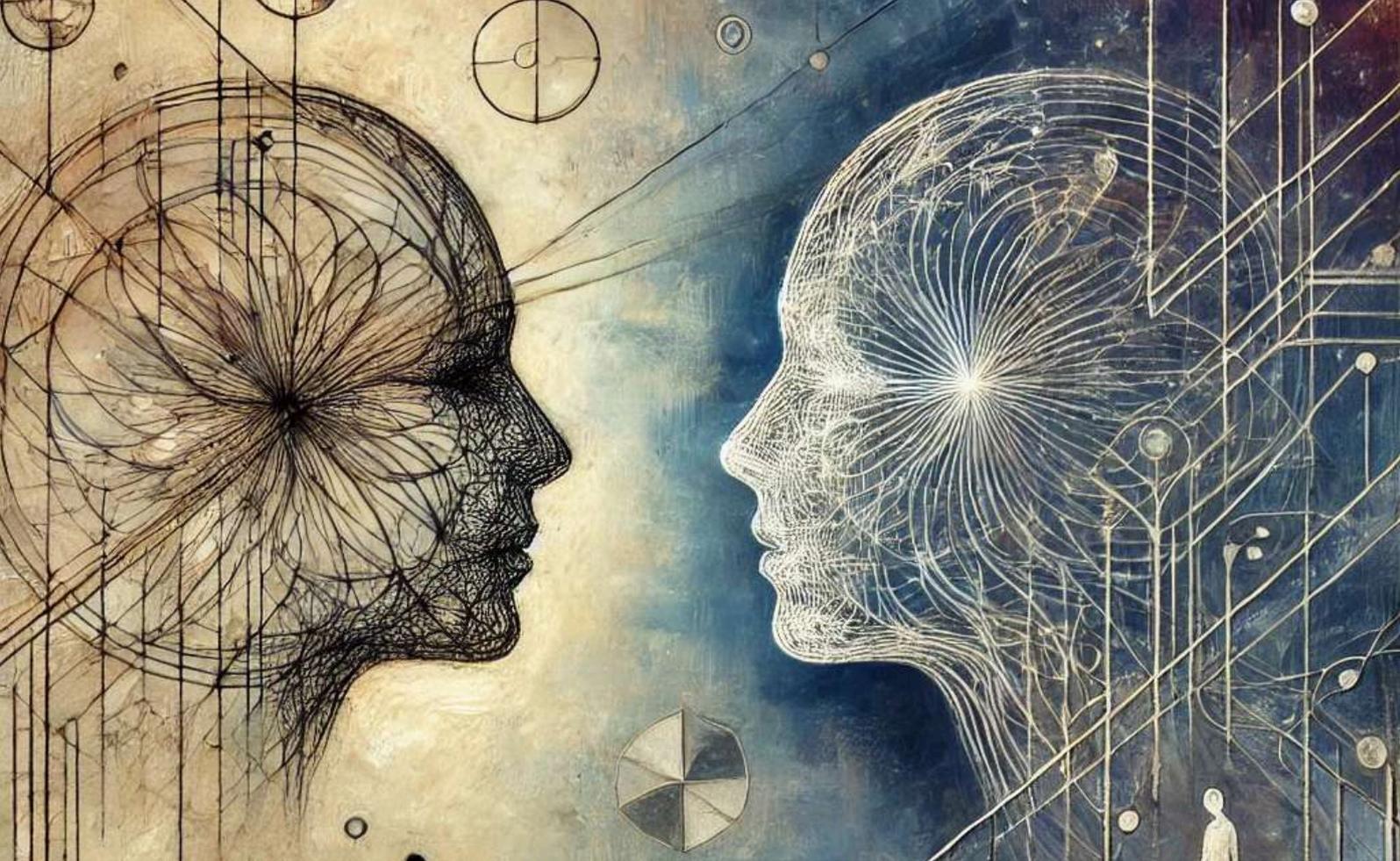


Imagem gerada pelo ChatGPT

VAMOS CONVERSAR SOBRE CONSCIÊNCIA LINGÜÍSTICA?

Este material tem como objetivo abordar conceitos e definições que, à primeira vista, podem parecer simples e comuns. No entanto, quando analisados com mais atenção, revelam facetas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho docente, especialmente no que se refere ao estudo da língua portuguesa.

Ressalta-se, ainda, que, **no campo dos estudos humanos, existem diversas possibilidades de definição para um mesmo conceito.** Portanto não se pode tomar uma ou outra como verdades universais. É necessário entender que há diferentes perspectivas para um mesmo objeto de estudo.

Nesse sentido, cabe a nós, docentes e eternos aprendizes, observar e ponderar qual, ou quais, dialoga(m) melhor com as práticas educacionais propostas pelo QSN (2019). Nesse percurso, exploraremos e exemplificaremos alguns conceitos que, muitas vezes, passam despercebidos.

Para isso, organizamos os estudos a partir de estudos linguísticos, conforme apresentado no QSN (2019). Destacamos que o caminho proposto para esses estudos não segue uma ordem pré-estabelecida, e não há hierarquia entre os tópicos, como previsto no QSN (2019).

O QSN (2019), bem como outras legislações educacionais, apresenta a nós, educadores, saberes que envolvem diferentes perspectivas de estudo adotadas por diferentes teorias. Por esse motivo, quando necessário, apresentaremos conceitos oriundos de teorias linguísticas e da gramática normativa.

A chamada gramática normativa é um conjunto de regras baseadas na escrita. Os textos usados para ilustrar as normas são, por sua vez, selecionados pelo seu prestígio, o que explica por que os gêneros são jornalísticos e literários. Sendo assim, **os compêndios de gramática normativa são obras que trazem “boas construções”, que servem como exemplos das normas que deseja fixar como padrões de correção.**

A leitura de gramáticas normativas gera dúvidas, visto que elas não representam a língua falada que usamos no cotidiano. Ao contrário, **as gramáticas normativas usam trechos de obras literárias que foram escritas em outras épocas.**

Assim, a gramática normativa cria um impasse ao contemplar a escrita, literária e jornalística, do passado, enquanto o uso da língua é majoritariamente oral, espontâneo e acontece no presente. Por sua vez, o uso varia e muda no decorrer do tempo, mas a variação e a mudança perturbam o ideal de correção, que, por definição, é sempre o mesmo.

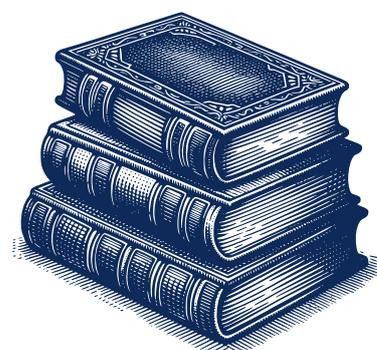


Imagem CANVA

É importante reconhecer que as normas prescritas não são inventadas. Elas também refletem o uso. Só que o uso é artificialmente selecionado em um determinado tempo e autor. Então, o que a gramática normativa apresenta é uma edição dos “melhores momentos” de um autor, em vez da descrição representativa dos falantes da língua, como nós e nossos educandos falamos no cotidiano.

Quanto mais o tempo passa, maior o estranhamento com as normas que esses materiais apresentam. Muitas vezes, **as normas são decoradas e usadas como padrões de correção da fala, como se a fala cotidiana envolvesse as mesmas condições de produção e processamento e as mesmas preocupações estéticas que a escrita literária ou jornalística.**

A gramática normativa descreve um uso da língua artificialmente selecionado, não explica o funcionamento de uma língua. Por isso, uma norma da língua materna pode parecer tão estranha quanto uma norma de uma língua estrangeira. Dessa maneira, é imprescindível o estudo das teorias linguísticas, pois elas buscam explicar o funcionamento das línguas naturais.

Há uma grande questão discutida atualmente: **Isso nos dispensa de ensinar as normas gramaticais? Certamente, não!** Privar os educandos, respeitados os ciclos da formação escolar, de conhecer as normas excluiria todas as novas gerações do acesso ao acervo cultural escrito ao longo da história. Também os excluiria do acesso às normas jurídicas que organizam a vida em sociedade.

O que propomos é um olhar crítico sobre o que a gramática normativa nos traz. Ali não está a língua. Ali não está uma ordem moral. Ali está a chave para tipos de conhecimento que não se transmitem oralmente, são historicamente valorizados e organizam estruturas socioeconômicas.

Sugerimos que, ao longo desta leitura, você, educador, coloque-se no papel de estudante e organize questões, anote dúvidas, aprofunde conhecimentos a partir da bibliografia indicada a cada tópico. Isso porque não cabe, neste pequeno momento em que estamos propondo uma cartografia conceitual, apresentar um conjunto extenso de teorias sem propor reflexões. Os educandos precisam tornar-se leitores críticos em nossa sociedade, tal fato é impossível sem considerar a diversidade sociolinguística em cada sala de aula na apresentação das normas de cada variedade em seu contraste com as normas prescritas pela gramática normativa.

Cabe, sim, convidar você a perceber que teorias influenciam os documentos oficiais que orientam o ensino da língua. As reflexões aqui propostas visam a propor um caminho formativo, em que cada um é protagonista. É imprescindível que você pesquise, indague, anote, leia e aprofunde os estudos em conformidade com as suas necessidades e com os ciclos de formação em que você atua. Como forma de introdução ao pensamento linguístico, convidamos você a pensar sobre os dois pontos.



Imagem CANVA

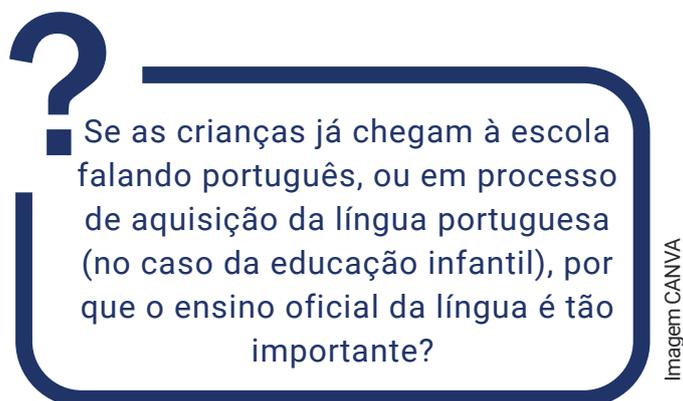
O primeiro ponto simula uma dúvida possível de um educador que tenha de alfabetizar e promover também letramento crítico. Convidamos você a pensar sobre sua própria formação para lidar com a questão que mais afeta sua prática docente:



O que ensinamos na escola em relação à língua portuguesa? Como podemos ser professores de português a falantes nativos de português?

Imagem CANVA

O primeiro ponto é um convite a evitar a repetição acrítica do que nos ensinaram. Afinal, muitos de nós fizemos o Ensino Fundamental até o Médio antes do advento da *internet*. O segundo ponto é uma provocação a pensar na distinção entre aquisição, alfabetização e letramento. Os dois primeiros conceitos afetam diretamente a Educação Infantil. O segundo faz toda a diferença já nos primeiros anos do Ensino Fundamental I.



Tecnicamente, no Ensino Fundamental II e Médio, o professor de língua portuguesa a falantes nativos da língua portuguesa tem um papel diferente do de um professor de língua estrangeira a falantes nativos da língua portuguesa. Afinal, falantes nativos têm intuição na própria língua. Também tem um papel diferente do de um educador de língua portuguesa encarregado da alfabetização. Apenas os educadores do Ensino Fundamental I lidam com a alfabetização e, por isso, participam do processo de aquisição. Os educadores que atuam nos ciclos reservados aos educandos a partir dos 6-7 anos iniciam o processo de letramento, em que a leitura da letra evoluiu à leitura do mundo, passando por textos escritos nas normas prescritas pela gramática.

Dessa maneira, cabe a cada educador desenvolver, junto aos educandos, práticas educacionais que abordem a distinção entre ser um falante nativo e ser um falante letrado, especialmente num momento histórico em que as tecnologias exigem letramento digital e especial atenção à diversidade sociolinguística. Por esse motivo, o letramento nunca se esgota e exige o que a BNCC refere como análise linguística, que começa pela sistematização da alfabetização.

É importante criar uma reflexão acerca da consciência linguística em relação ao ensino da língua portuguesa observando três fatores: (1) a aquisição, (2) a alfabetização e (3) o letramento. A confusão entre esses fatores pode gerar equívocos: como a escrita ser o parâmetro de correção da fala; a alfabetização dispensar o letramento; o letramento dispensar as normas; e o letramento se restringir às normas.

Cada conceito tem mais de uma definição, seja entre teorias, seja dentro da mesma teoria. A autonomia docente está, não só, mas também, na adoção da teoria que pareça a cada educador explicar melhor a questão que mais afeta sua prática docente. Antes de tudo, está na percepção de que os documentos oficiais podem refletir uma ou mais teorias, por isso é importante conhecê-las.

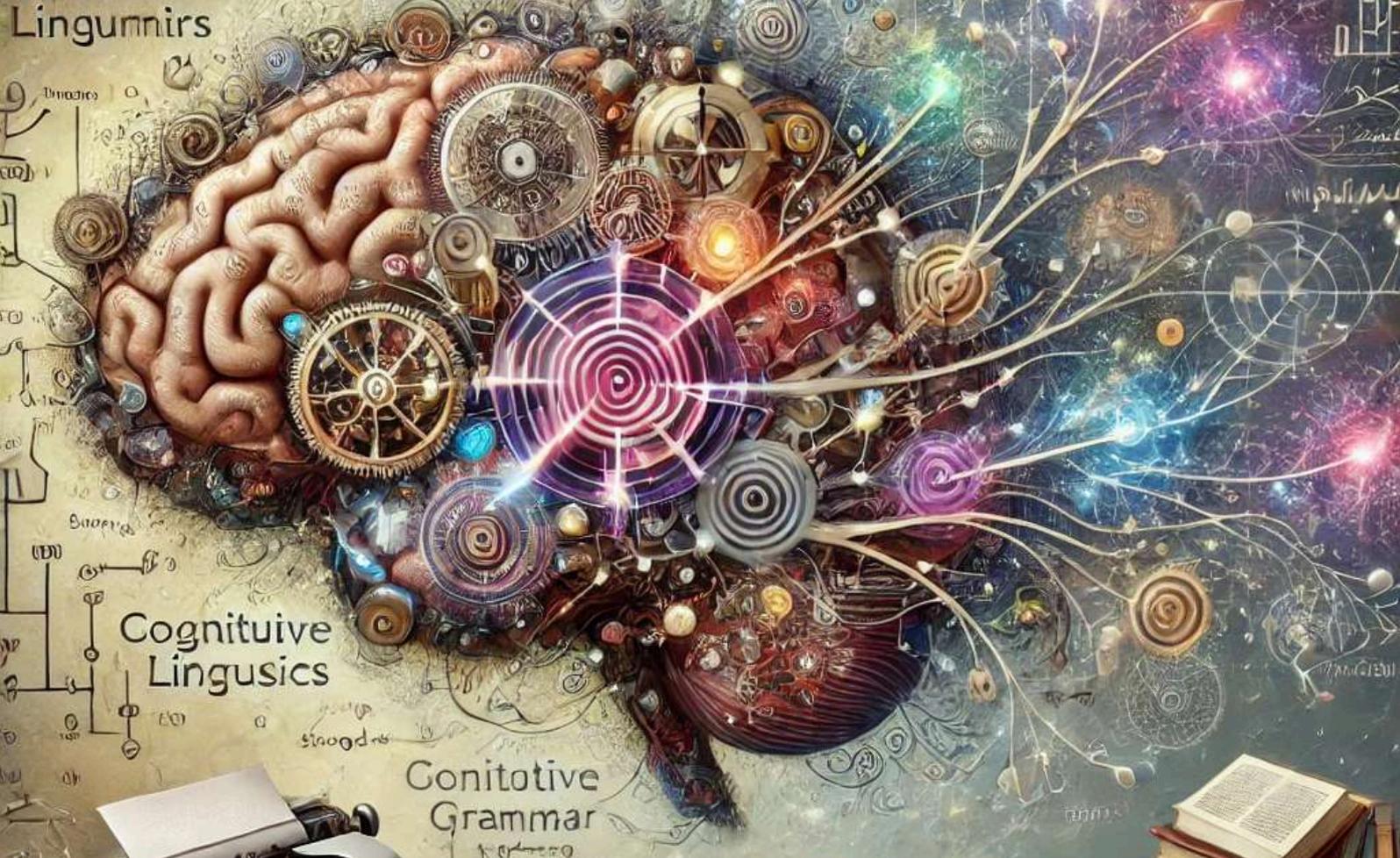


Imagem gerada pelo ChatGPT

TEORIAS LINGUÍSTICAS E A GRAMÁTICA NORMATIVA

Saber o que é uma língua exige de nós pensarmos a partir de perspectivas. **Por isso, o conceito de língua depende da lente teórica escolhida. A linguagem é uma forma de conhecimento exclusiva dos seres humanos, e o debate sobre sua origem está vivo nas ciências cognitivas.**

Até a revolução cognitiva (início do século XX), a língua era confundida com suas manifestações oral ou escrita (sem atenção às línguas de sinais). **É importante destacar que, tal como qualquer língua sonorizada, uma língua de sinais é uma língua, pois é um sistema que varia, muda e caracteriza-se como um tipo de conhecimento**

(Pereira *et al.*, 2011).

A única diferença é a ausência do subsistema fonológico, permanecendo os níveis morfológico, sintático e semântico.

(Guarulhos, EF, 2019, p. 55)

Para definir o que é uma língua e estudar seu funcionamento, faz-se necessário o uso de teorias.

As teorias são como lentes, através das quais vemos as línguas naturais. Cada teoria prioriza um dos níveis mencionados acima. **Estudar cada uma dessas teorias é um exercício permanente, que constitui a formação docente na área da linguagem, bem como de educadores do Ensino Fundamental I.**

Aqui, há um divisor crucial entre as teorias linguísticas: **as que consideram o uso e as que se baseiam no uso**. As que consideram o uso, como a **Linguística Gerativa**, têm menos

instrumentos para capturar a variação e atribuem a mudança em curso a uma reconfiguração da língua toda. As que se baseiam no uso, como a **Linguística Funcional** e a **Linguística Cognitiva**, têm a variação como o mais central objeto de estudo e atribuem a mudança ao uso.

O QSN (Guarulhos, 2019), ou qualquer outro documento educacional, é direta ou indiretamente influenciado por essas teorias, contemplando aqueles quatro fenômenos que toda teoria linguística observa. Ressaltamos que a missão de promover o letramento dos estudantes dirige os documentos para habilidades, como a leitura e a escrita, que são mais centrais para a **Linguística Textual**.

Cada manifestação do uso de uma língua pode ser considerada como um texto, falado ou escrito. O foco nos textos escritos tem a ver com a natureza planejada da escrita, em relação à natureza espontânea da fala. **Tanto a fala quanto a escrita podem e devem ser consideradas como habilidades que os educandos devem aprimorar**, mas a densidade esperada de uma reflexão por escrito exige dos currículos e dos educadores um esforço concentrado nos textos escritos.

Assim, ao mesmo tempo, entende-se que o texto não é necessariamente escrito e que o texto escrito é o que mais revela a diferença entre a aquisição (que habilita todos os falantes a falar, no sentido de construir textos falados no dia a dia) e o letramento (que exige formação específica, que inclui mas não se restringe às normas, formação orientada principalmente para a produção e a circulação dos sentidos na interação interpessoal e institucional, hoje dispersa nos meios digitais).

Para o estudo dos textos, Robert-Alain de Beaugrande propôs os seguintes critérios de textualidade. Esses critérios foram explorados no Curso **Tópicos de Língua Portuguesa** e podem ser usados nas práticas educacionais para o desenvolvimento dos saberes propostos pelo QSN (Guarulhos, 2019).

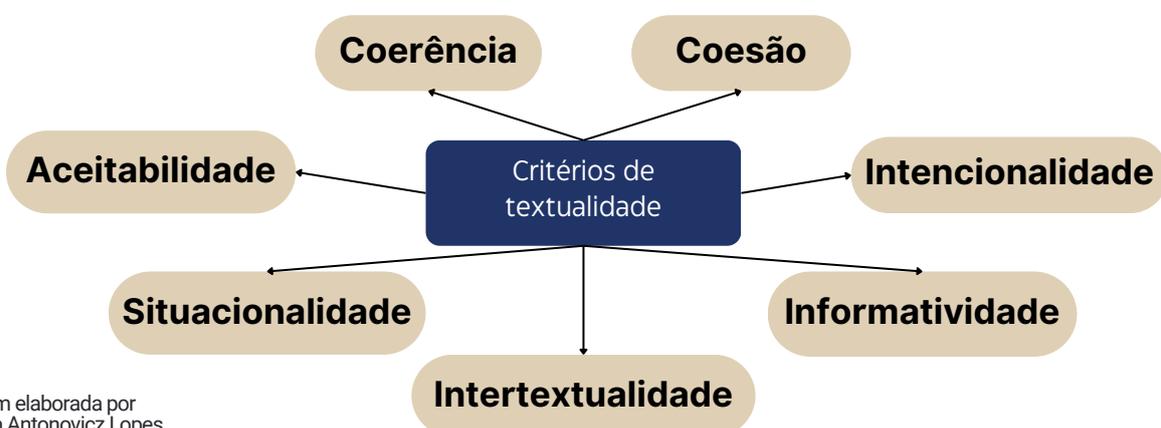


Imagem elaborada por
Gláucia Antonoviz Lopes

Com base nesses critérios, um texto não é mais considerado um produto com sentidos nele encerrados, mas como um processo de produção de sentidos, negociados com os diferentes leitores, cada um numa camada de leitura, sem que haja a leitura, o sentido, o texto, e sim leituras, sentidos, textos. Podemos perguntar: como a mente permite aos humanos ler e escrever? **Essa pergunta nos leva de volta à Linguística Gerativa e à Linguística Cognitiva no que elas têm em comum: as relações entre a linguagem e a cognição.**

Também podemos não considerar a fala como construção de pequenos textos orais, e sim como ingrediente verbal de uma ação comunicativa, do engajamento entre sujeitos numa cena, não apenas com suas mentes, mas com seus corpos. Essa é a perspectiva da **Análise da Conversa**, proposta por Emanuel Schegloff e Harvey Sachs. Por isso, já não há apenas fala, mas fala-em-interação, sujeita a uma análise etnometodológica (estudo que considera a dimensão antropológica da comunicação).

Por isso, a transcrição ideal não é apenas do que é dito, mas sobretudo dos corpos em movimento, tentando capturar a contribuição dos gestos para a produção dos sentidos. Gravações de som e imagem permitem verificar se a conversa foi em lugar fechado ou aberto, com ou sem deslocamento, com ou sem ferramentas para apontar ou enfatizar, dentro ou fora de uma instituição, entre outros fatores considerados apenas se forem pertinentes à ação comunicativa e do ponto de vista dos sujeitos.

Para ler mais sobre a transcrição adotada pela **Análise da Conversa Etnometodológica**, visite a página:
https://emcawiki.net/Multimodal_transcription



Outra perspectiva presente nos estudos da linguagem é a que olha para manifestações de uso falado ou escrito de uma língua em busca de pistas ideológicas. Agora, não entra na discussão caracterizar a fala como texto ou como dimensão linguística de uma ação comunicativa. O uso falado ou escrito da língua serve como acesso a uma entidade maior: **o discurso**. Por isso, **o discurso não é de quem fala ou escreve. Quem fala ou escreve é que é do discurso, na medida em que se alinha ou desalinha com esta ou aquela ideologia** (Kogawa & Magalhães, 2018).

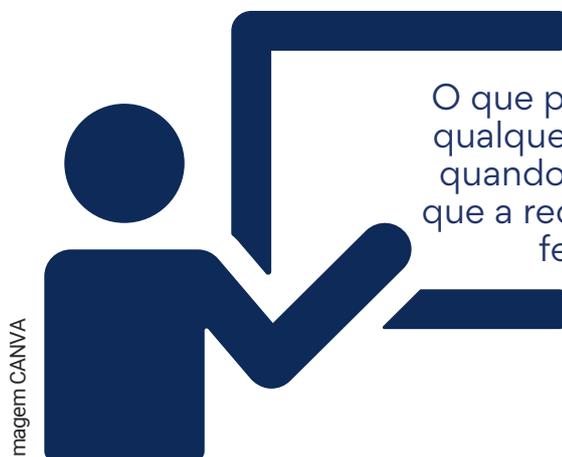
Essa é a perspectiva da **Análise do Discurso**, atribuída a Michel Foucault e Michel Pêcheux (linha francesa), bem como a Mikhail Mikhailovich Bakhtin (linha dialógica). **Essa breve demarcação entre texto e discurso já permite evitar o equívoco de confundir entre gêneros textuais e gêneros discursivos. Textos dão acesso a discursos e, por isso mesmo, estão em diferentes níveis de produção e circulação de sentidos.**

É possível notar que as teorias enfatizam diferentes aspectos da linguagem, alguns mais ligados à estrutura da língua, outros mais ligados à organização do discurso. Essas teorias são usadas em pesquisas acadêmicas e podem, ou não, dialogar entre si. A escolha de qualquer uma delas determina um arranjo conceitual coerente com a perspectiva adotada para a análise ou a aula pretendida.

Ao considerarmos as relações entre texto e discurso, podemos entender os textos avaliativos como um gênero. Também podemos entender a relação entre educadores e educandos como uma relação de poder, que organiza discursos. **Com clareza quanto ao objeto de estudo e à unidade de análise, a atitude de um educador ao planejar suas aulas é igual à atitude de um analista ao pesquisar um fenômeno. Daí a desejável integração entre a pesquisa acadêmica e a formação dos educadores, ambas contínuas, em constante revisão.**

A questão do registro, por sua vez, também é um fenômeno de variação, que pode ser analisado como parte da produção de textos orais ou escritos (Linguística Textual), da fala-em-interação (Análise da Conversa) ou da formulação discursiva (Análise do Discurso). Essas camadas de análise podem se sobrepor, cabendo ao educador discernir em que camada está, por quê, para quê e para quem.

A própria condição do ensino formal (diferentemente do ensino em casa e das tradições orais) já é institucional. Há que considerar: (1) as **diretrizes curriculares**, o que nos leva de volta aos documentos, em especial, ao QSN (Guarulhos, 2019); (2) os **educadores** com sua autonomia docente diante dessas diretrizes; (3) os **educandos** em sua diversidade linguística; (4) e a **escola** como instituição desenhada para o encontro entre esses atores.



O que parece óbvio e aplicável a qualquer educador ganha relevo quando se atenta para o fato de que a rede que une esses atores é feita de linguagem.



Imagem gerada pelo ChatGPT

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Nos tópicos anteriores, falamos sobre a **variação linguística** e sobre sua relação com a **mudança linguística**. A **gramática normativa** aborda a variação e justifica seu compromisso com a conservação. Cunha & Cintra (2016) apresentam, na introdução, uma seção intitulada “Língua e sociedade: variação e conservação linguística” e, no capítulo 2, uma seção intitulada “As variedades do português”. Os conceitos que adotam para designar os tipos de variação foram criados por Eugenio Coseriu:

”

“A sociolinguística, ramo da linguística que estuda a língua como fenômeno social e cultural, veio mostrar que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas. Na maioria das vezes, comprova-se uma covariação do fenômeno linguístico e social.

[...]

”

Imagem CANVA

Nesse sentido, uma língua histórica não é um sistema linguístico unitário, mas um conjunto de sistemas linguísticos, isto é, um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. [...]

”

Em princípio, uma língua apresenta, pelo menos, três tipos de diferenças internas, que podem ser mais ou menos profundas:

1º) diferenças no espaço geográfico, ou variações diatópicas (falares locais, variantes regionais e, até, intercontinentais);

2º) diferenças entre as camadas socioculturais, ou variações diastráticas (nível culto, língua padrão, nível popular, etc.);

3º) diferenças entre os tipos de modalidade expressiva, ou variações diafásicas (língua falada, língua escrita, língua literária, linguagens especiais, linguagem dos homens, linguagem das mulheres, etc.).” (Cunha & Cintra, 2016, p. 3)

Imagem CANVA

”

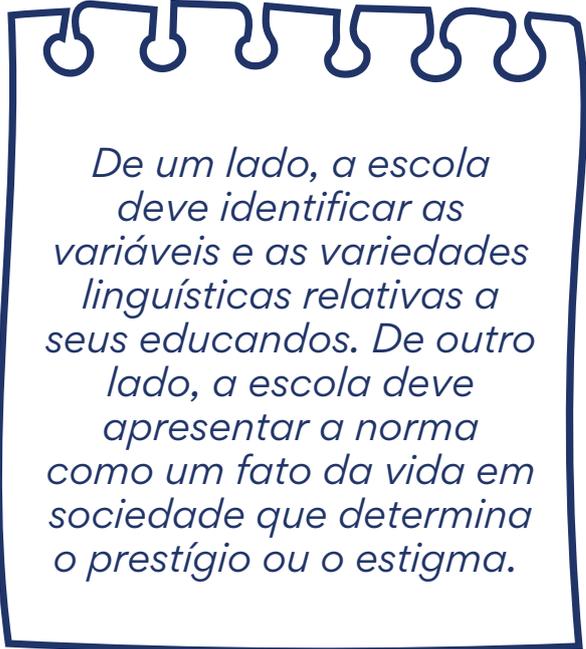
Esse é um bom exemplo de influência da ciência básica (pesquisa em Linguística) na ciência aplicada (ensino da língua baseada em evidência), capaz de contribuir para a formação crítica e conceitual. Cria-se a oportunidade de discussão sobre outras variáveis que a sociedade contemporânea problematiza. Por exemplo, se sexo é uma variável diafásica, identidade sexual também é? Assim, identificar outras variáveis na variação linguística pode ser “[...] um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central” (Moita Lopes, 2006, p. 14), articulando a Linguística e a Linguística Aplicada.

As teorias linguísticas mencionadas no tópico anterior estudam esse fenômeno, que é inerente a qualquer língua, inclusive as línguas de sinais: “pesquisar e conhecer a variação do uso de sinais na cidade, assim como outras comunidades surdas e suas características” (Guarulhos, Ensino Fundamental, 2019, p. 68). Neste curso, nosso foco recai sobre a teorização e a análise de línguas sonorizadas.

A **sociolinguística**, mencionada por Cunha & Cintra (2016), está sendo considerada como um método disponível a todas as teorias linguísticas. É exatamente o fato de que **a sociolinguística é mais ou menos diretamente compatível com os fundamentos de qualquer teoria linguística o que nos leva a considerá-la um método, e não mais uma teoria.**

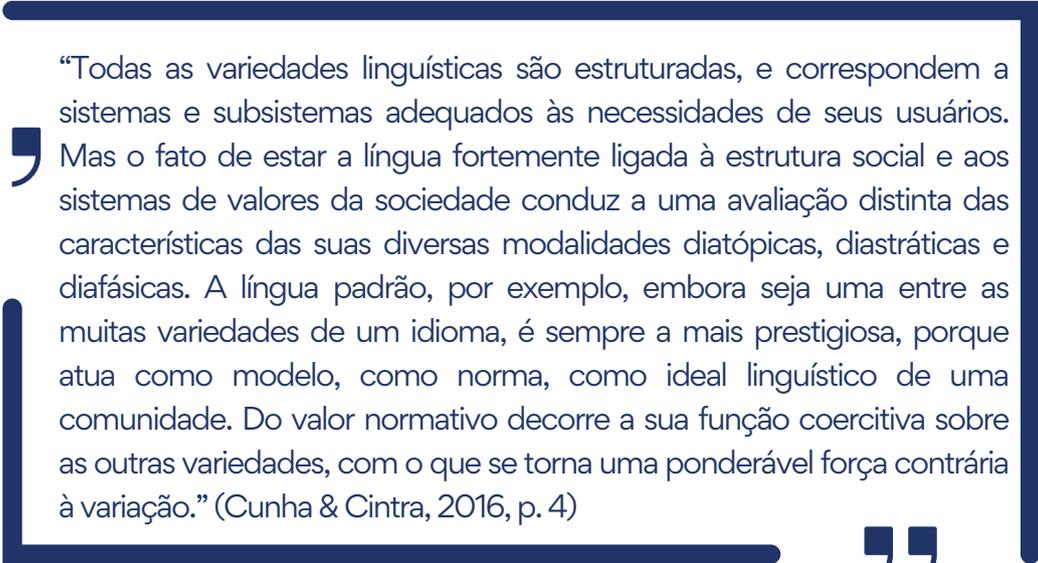
A compatibilidade mais difundida na história da Linguística é entre a sociolinguística e a Linguística Funcional. A Teoria da Variação e da Mudança (Weinrich, Labov & Herzog, 1968) é a mais conhecida e influente sistematização da relação entre esses dois fenômenos a subsidiar a pesquisa a partir dos fundamentos da Linguística Funcional (v. Lopes, 2018). A importância de entender que a variação desestabiliza a ideia de homogeneidade estrutural, que o uso atua na mudança e que a norma não impede a variação mas pode retardar a mudança cria um desafio para a educação básica.

Assim, podemos entender que existem normas além da norma, ou seja, padrões convencionais em cada variedade linguística e o padrão fixado como correto pela tradição, porque “Todas as variedades são estruturadas”. **Uma estratégia para o ensino da estrutura da norma padrão pode ser a investigação da estrutura da norma da variedade falada pelos educandos.** Boa parte da pesquisa em Linguística se ocupa exatamente disso, dado que há variedades mais estudadas que outras e a descrição de uma língua consiste na descrição de suas variedades. Vamos ler a citação a seguir, em que os próprios gramáticos refletem sobre a norma:



De um lado, a escola deve identificar as variáveis e as variedades linguísticas relativas a seus educandos. De outro lado, a escola deve apresentar a norma como um fato da vida em sociedade que determina o prestígio ou o estigma.

Imagem CANVA



“Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades de seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação.” (Cunha & Cintra, 2016, p. 4)

Imagem CANVA

Ao serem iniciados na postura científica em relação à linguagem, desenvolvendo discussões sobre qualquer variedade linguística sem juízo de valor, os educandos estarão participando da pesquisa sobre uma variedade nacional, que reúne todas as presentes na sala de aula, o português brasileiro. “As variedades do português”, no capítulo 2 de Cunha & Cintra (2016), são as variedades nacionais, como o português europeu, o português moçambicano, o português angolano e o português brasileiro. A escola deve promover o entendimento das variedades nacionais como ampliação da escala da variação interna a cada variedade nacional. **Dessa forma, contemplar as variedades faladas pelos educandos não se choca com o ensino da norma padrão, pelo contrário, situa a norma padrão entre as variedades internas ao português brasileiro, bem como situa o português brasileiro entre as variedades nacionais da língua portuguesa.**

Uma das diferenças entre o português brasileiro e o português europeu está no quadro dos pronomes pessoais. Enquanto *você* está consolidado no quadro pronominal brasileiro, há resistência a essa inovação no quadro pronominal europeu.

Antes de tudo, lembremos que o quadro pronominal ensinado na escola continua sendo formado por *eu, tu, ele/ela, nós, vós* e *eles/elas*. Esse quadro é indispensável para ler textos clássicos, mas certamente não corresponde ao uso de nenhum falante nem do português brasileiro, nem do português europeu.

Em Portugal, a 2ª pessoa singular é *tu*, predominantemente como sujeito nulo (não expresso no enunciado), como em *tiras-me uma foto?* ou *dizes o que pensas*. No Brasil, a 2ª pessoa singular pode ser *tu* ou *você*, predominantemente como sujeito pleno (expresso no enunciado), como em *tu/você vai à praia?* ou *tu pagas a conta hoje*. Assim, há variação diatópica (geográfica) ou diastrática (social) entre os pronomes *tu* e *você* e entre as formas verbais de 2ª e 3ª pessoa.

Em Portugal, é comum, num ginásio (academia no Brasil), alguém perguntar *posso alternar convosco?*, querendo saber se pode se revezar no aparelho. Acabamos de usar o verbo *revezar* com o pronome *se*, mas isso também varia com o uso do verbo sem o pronome, e cada leitor está avaliando se lhe parece mais natural a presença ou a ausência do pronome. De volta ao uso de *convosco* no português europeu, o ponto é que não implica o uso de *vós* nem como sujeito pleno nem como sujeito nulo.

A entrada de *você* no quadro pronominal brasileiro é um exemplo de mudança. No tópico anterior, adiantamos que a mudança sempre pressupõe variação. No presente tópico, estamos vendo a tensão entre variação e norma padrão. Essa tensão se verifica, por exemplo, na classificação de *você* como um pronome de tratamento.

“Denominam-se pronomes de tratamento certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: *você*, o senhor, Vossa Excelência.”
(Cunha & Cintra, 2016, p. 303)

Imagem CANVA

O critério da gramática normativa parece ser apenas o uso do verbo na 3ª pessoa singular junto aos pronomes de tratamento. Todavia, trata-se de resistência à mudança, mesmo já consolidada.



Observe ao lado a mudança a que nos referimos:

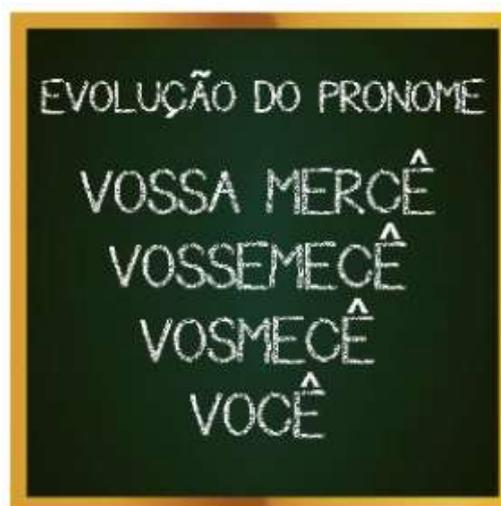


Imagem Pinterest

Trata-se da evolução de um sintagma nominal (*vossa mercê*) a um pronome pessoal (*você*). Uma vez consolidada essa mudança, o pronome mais novo está em variação com o mais velho (v. *tu* e *você* acima).

No início deste curso, dissemos que a leitura da gramática normativa pode causar dúvidas. Essas dúvidas são oriundas exatamente dessa falta de correspondência entre o que de fato acontece na língua e o que é estabelecido pela norma padrão. São dúvidas podem ser postas por nossos educandos e até por nós mesmos. É fundamental discutir o funcionamento de nossa língua para que possamos entender criticamente as classificações oficiais e as normas prescritas.

Dessa maneira, dúvidas podem e devem surgir. A partir delas, principalmente das que são postas por nossos educandos, é preciso incentivar a pesquisa linguística. Diversos capítulos e artigos estão disponíveis na *internet* com acesso gratuito.

Convidamos você a ler este capítulo para a complementação dos estudos:



LOPES, Célia. Pronomes pessoais. *In*: Silvia Figueiredo Brandão; Silvia Rodrigues Vieira (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

Por meio da leitura, agora foi possível compreender **por que não faz sentido classificar você como um pronome de tratamento, mas como um pronome pessoal do português brasileiro**. Sua função de dirigir-se à pessoa com que se fala o caracteriza como um pronome de 2ª pessoa. Já sua origem como sintagma nominal explica por que o verbo que o acompanha está na 3ª pessoa. Por sua vez, o compromisso da gramática normativa com a conservação explica por que mantém a classificação que reflete uma das etapas da mudança.



**Assista à
Conexão Bial
com Janaisa
Viscardi**



Os pronomes de tratamento nos ajudam a perceber a variação diastrática (social) novamente. Por exemplo, o tratamento por *o senhor/a senhora* no Brasil pode expressar posicionamento hierárquico superior, mas há falantes que veem a variável idade.

Assim, o uso dessa forma de tratamento pode gerar ambiguidade, pois pode-se entender que (1) há diferença de idade entre os interlocutores ou (2) há hierarquia entre os interlocutores, e muitas vezes há as duas. Já o tratamento por *o senhor/a senhora* em Portugal é mais associado à ausência de intimidade entre os interlocutores, o que faz quem é tratado assim considerar bem educado quem trata assim. Vamos ver o quadro de estudos, elucidando algumas questões dos pronomes pessoais:



Podemos pensar na seguinte ideia:

- **Quem** fala ou escreve (1ª pessoa);
- **Com quem** fala ou escreve (2ª pessoa);
- **De quem** ou do que se fala (3ª pessoa).

São “retos”, pois refletem o caso nominativo, correspondente à função de sujeito de um enunciado.

São “obliquos”, pois não refletem o caso nominativo e, por isso, correspondente à função complemento verbal (objeto direto ou indireto) ou adjunto adverbial.

Indica a quantidade de pessoas envolvidas na conversa/texto.

Pensando 1: O número nos pronomes se manifesta diferentemente do número nos substantivos. Por exemplo, a diferença entre *carro* e *carros* corresponde a um carro e mais de um carro. Já a diferença entre *eu* e *nós* corresponde a somente eu e eu com mais alguém, e não a mais de um eu.

Número	Pessoa	Pronomes retos	Pronomes oblíquos
Singular	1ª	eu	me, mim, comigo
	2ª	tu (você)	te, ti, contigo (você, com você)
	3ª	ele/ela	se, si, consigo, o, a, lhe, ele/ela
Plural	1ª	nós (a gente)	nos, conosco (a gente, com a gente)
	2ª	vós (vocês)	vos, convosco, vós (vocês, com vocês)
	3ª	eles/elas	se, si, consigo, os, as, lhes, eles/elas

Pensando 2: Ouça a canção *Beija Eu* de Marisa Monte e analise a distribuição entre pronomes retos e oblíquos que segue e a que não segue a norma padrão quanto à 1ª pessoa singular.

Pensando 3: A posição dos pronomes oblíquos átonos é objeto de longa discussão. O brasileiro diz *te amo* (além de *amo você*); o português diz *amo-te*. A norma portuguesa se mantém por uma questão de colonialidade, que é mais que a condição histórica do Brasil como ex-colônia de Portugal. A colonialidade é a mentalidade que mantém o colonizador como fonte normativa, com a concordância do colonizado.

- Outro pronome que entrou neste quadro por mudança é **a gente**;
- Esse, além de não ser reconhecido como pronome, também não é reconhecido como forma de tratamento por ser estigmatizado pela gramática normativa;
- Perceba que o processo é o mesmo que produziu você: um sintagma nominal torna-se um pronome. Aliás, permanece o uso de “a gente” como sintagma, como em *a gente paulista é trabalhadora*.

Como já discutimos, este quadro resulta de mudança e apresenta variação:

- A entrada de **você** desfez a distinção entre retos e oblíquos: podendo atuar como sujeito (*você estuda português*), objeto direto (*vi você ontem*), objeto indireto (*vamos dar um livro a/para você*) e adjunto adverbial (*vamos comprar um livro para você*);
- A norma padrão não reconhece essa distribuição porque não reconhece **você** como um pronome;
- A norma padrão prescreve o alinhamento *tu - te - ti - contigo*, mas, como **tu** pode variar com **você**, é comum dizermos *você lembra que eu te pedi ajuda?* A norma determina que seja *tu lembra que te pedi ajuda?* ou *você lembra que lhe pedi ajuda / pedi ajuda a você?*

Imagem elaborada por Gláucia Antonovitz Lopes

Vejam que apenas observar o uso dos pronomes pessoais pode desencadear diversas discussões e saberes propostos pelo QSN (2019). Além disso, há a presença de pronomes pessoais na maioria dos gêneros textuais, fazendo com que essa temática possa ser abordada e discutida em aulas de gramática e em aulas de produção de textos escritos.

As curiosidades apresentadas em torno dos pronomes pessoais podem ser exploradas nas práticas educacionais por meio de questões como:

- Quantas pessoas falam (singular e plural)?
- Quem fala no texto e/ou do que fala (narrador/assunto)?
- Diferença entre oblíquos átonos e oblíquos tônicos;
- Uso de “nós” e “a gente”, bem como de “tu” e “você”.



Imagem gerada pelo ChatGPT

A ESTRUTURA DAS LÍNGUAS

Os estudos linguísticos e a gramática normativa dividem a língua em subsistemas:

Como vimos, a gramática normativa olha para esses subsistemas retrospectivamente e com foco na escrita de prestígio. Já a Linguística olha para esses subsistemas em cada variedade de uma língua natural, procurando descrevê-los com o máximo de adequação aos dados observados.



Uma vez identificados como característicos de uma língua natural sonorizada, esses subsistemas tornam-se objetos de estudo de áreas da Linguística. Assim, a Fonologia (área da Linguística) estuda a fonologia (subsistema de uma língua), tornando o subsistema fonológico um nível da análise linguística. Da mesma forma, a Morfologia, a Sintaxe e a Semântica. O objetivo último é avançar no entendimento de como os subsistemas interagem, dado que a delimitação de cada um faz parte do expediente científico, e não do funcionamento de uma língua natural. Atualmente, estão disponíveis excelentes manuais de descrição desses subsistemas. Aqui, definiremos, brevemente, cada um desses sistemas, enfocando alguns fenômenos mais difundidos.

Nosso objetivo ao apresentar os subsistemas é convidar você a conhecer os diferentes caminhos teóricos pelos quais se pode responder a dúvidas no estudo da língua portuguesa. Cada conceito aqui apresentado tem sua definição dependente do quadro teórico adotado. O relativo consenso entre as teorias linguísticas se restringe à identificação de quatro subsistemas (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e de suas interfaces.

É importante levar em conta que cada teoria linguística define como entende a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. No fim das contas, o exercício profissional da Linguística se dá mais por modelos das teorias que por teorias, o que torna urgentes a divulgação da Linguística entre os educadores e a consciência de que a gramática do português não é um livro na biblioteca, e sim uma forma de conhecimento instalada em cada falante e passível de estudo científico.

Algumas referências

Gramáticas Normativas

TERRA, Ernani; DE NICOLA, José. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. São Paulo: Lexicon, 2016.

Referências da Linguística

• Linguística Gerativa

KATO, M. A **Gramática do letrado: questões para a teoria gramatical**. In: MARQUES, M. A. KOLLER, E. TEIXEIRA, J; LEMOS, A. S. (org.) **Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga, CEHUM (U. do Minho), 2005.

SCHWINDT, Luiz Carlos (org.). **Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHWINDT, Luiz Carlos. **Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico**. Revista da ABRALIN, v. XIX, n. 1, 2020, p. 1-23.

• Linguística Funcional

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 1997.

• Linguística Cognitiva

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FONOLOGIA

Cada sistema da língua se organiza em torno de uma unidade. Uma vez adotada como um objeto de estudo, essa unidade passa à condição de unidade de análise. Assim, pode-se dizer que o subsistema fonologia se organiza em torno da unidade **fonema** e que a Fonologia (área da Linguística que estuda esse subsistema) apresenta diferentes concepções do fonema. Um segmento? Um suprasegmento? Um efeito emergente de uma nuvem de exemplares? A resposta depende da teoria adotada.

A despeito da concepção, o relativo consenso quanto ao fonema guarda relação com o subsistema semântico, pois não se atribui significado a um fonema, mas sim a função de distinguir significados. Por exemplo, entre *doze* e *dose*, desconsiderada a diferença gráfica, a única diferença está no núcleo da primeira sílaba: /o/ e /ɔ/. Essa diferença é fonológica porque corresponde a uma diferença semântica, isto é, cada uma dessas palavras tem um significado. A Fonologia costuma ser apresentada ao lado da Fonética, na medida em que:

”

[...] a fonética estuda os sons da fala efetivamente produzidos, buscando descrever como são articulados (fonética articulatória), percebidos (fonética auditiva) e transmitidos (fonética acústica). Sons da fala são manifestações orais realizadas como segmentos vocálicos e consonantais, entoação, acento. A fonética denomina fones as unidades discretas de som da corrente de fala.

Já a fonologia estuda o funcionamento dos sons nas línguas, isto é, os sons em seu valor contrastivo ou opositivo e em sua combinação ou organização em constituintes como sílabas, morfemas, palavras. A fonologia chama fonemas as unidades mínimas assim concebidas. (Battisti, 2014, p. 11).

Imagem CANVA

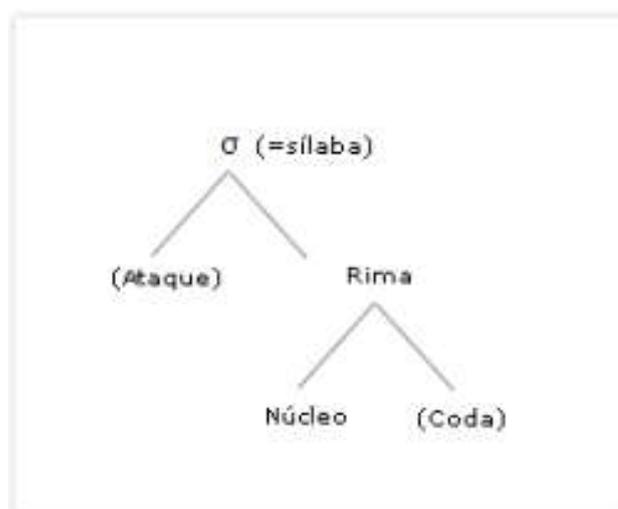
”

Portanto, a relação se dá entre os sons que o aparelho fonador é capaz de produzir (fonética) e os sons que têm status distintivo dentro de uma língua natural (fonologia). Na gramática normativa, estabelece-se uma relação entre a fonologia e a ortografia, que pode levar ao falso entendimento de que sistemas ortográficos refletem “como se fala”, papel que é de alfabetos fonéticos e alfabetos fonológicos.

Alguns dos mais nocivos resultados desse falso entendimento são (i) **confundir as convenções de separação da sílaba gráfica com a natureza fonológica da sílaba**; (ii) **esconder a oscilação entre critérios fonológicos** (ex.: *estender, isento*) e **critérios morfológicos** (ex.: *extensão, eximir*) na ortografia; e (iii) **fazer crer que a ortografia faz parte da língua**.

Uma prática docente orientada pela cientificidade deve explicitar as inconsistências da tradição em cada ciclo de formação, o que exige o aporte de teorias linguísticas.

Na citação acima, a linguista Elisa Battisti informa que fonemas constituem unidades maiores, como a sílaba, o morfema e a palavra. A unidade sílaba pode ser assim definida: “Uma sílaba consiste em um ataque (A) e uma rima (R); a rima, por sua vez, consiste em um núcleo (Nu) e em uma coda (Co)” (Collischonn, 2001, p. 92). A representação visual dessa estrutura é:



Fonte: <https://oequadordascoisas.blogspot.com/2015/05/apontamentos-sobre-estruturacao-silabica.html>

Nessa representação, **ataque** e **coda** estão entre parênteses para indicar que podem não estar presentes. Uma sílaba pode ter os três elementos, como a primeira da palavra *parte*, assim como pode não ter a coda, como a segunda sílaba da mesma palavra. Uma sílaba também pode não ter ataque, como a primeira de *árvore*, assim como pode ter só o núcleo, como a primeira de *água*. Em suma, o que não pode faltar na estrutura de uma sílaba é o núcleo. Em línguas de acento, como o português, é no núcleo que o acento recai.

Se você recuperar nossa conversa sobre o quadro pronominal do português brasileiro, poderemos identificar uma interface entre a fonologia e a morfologia na redução do pronome *você* a *cê*. **Por que esse fato é fonológico?** Porque é sensível ao acento. A redução preserva a sílaba acentuada. Então, a mudança explica a entrada de *você* no quadro pronominal do português brasileiro (pronome é uma classe de palavras, como veremos adiante), e a variação fonológica se dá entre *você* e *cê*. Neste caso, o acento fonológico coincide com o acento gráfico, por isso a tradição dirige o foco para o uso do acento circunflexo e para a separação entre sílabas gráficas. O problema está em gerar a expectativa de que haja acento gráfico sempre que houver acento fonológico e reforçar que a escrita determina a fala.

Só que a interface não se restringe à fonologia e à morfologia, pois a redução se restringe à função de sujeito. Assim, reduzimos o pronome em *cê viu meu celular?*, mas não em *vi cê ontem* na escola. A sensibilidade da redução à função sintática é uma evidência de que os subsistemas interagem. Por isso, além de tomar cada subsistema como um nível de análise, a Linguística estuda as interfaces entre eles.

Na escrita, o pronome *você* pode ser reduzido a *vc*. Essa redução também é fonologicamente sensível, pois agora preserva o ataque de cada sílaba, independentemente da função sintática. Então, essa redução está na interface entre a fonologia, a morfologia e a escrita. **Existem, portanto, interfaces entre a fonologia e a escrita. O que não há é fidelidade da escrita à fonologia tampouco identidade entre o acento fonológico e o acento gráfico.**

MORFOLOGIA

Dando continuidade à apresentação geral dos subsistemas de uma língua natural sonorizada, a morfologia pode ser definida como o subsistema organizado em torno da unidade *palavra*, por mais que nenhuma teoria linguística tenha produzido uma definição satisfatória dessa unidade. Isso porque é possível pensar nessa unidade pelo critério **(i) fonológico**, pela presença ou ausência de acento; **(ii) morfológico**, pelo pertencimento a uma classe de palavras; **(iii) sintático**, pelo alcance de operações sintáticas a sua estrutura interna; ou **(iv) semântico**, pela função de nomear ou predicar. Novamente, temos a interface entre os subsistemas linguísticos e a disputa entre teorias linguísticas privilegiando um desses critérios.

Há teorias que defendem que a unidade da morfologia não é a palavra, mas o morfema, uma unidade menor que a palavra (v. Schwindt, 2014). Essa unidade, por sua vez, pode ser concebida como um segmento, um suprasegmento ou um feixe de traços. **A gramática normativa adota a concepção do morfema como um segmento.**

No âmbito da Morfologia, a tradição gramatical fixou a distinção entre **flexão** (nominalização do verbo *flectir*, 'dobrar') e **derivação** (nominalização do verbo *derivar*, 'produzir'). Trata-se de uma distinção com que as teorias linguísticas dialogam, seja para reafirmá-la, seja para rejeitá-la. O centro da distinção é entre formas da mesma palavra (dobrá-la de diferentes formas) e criar uma palavra nova (produzir a partir de outra).

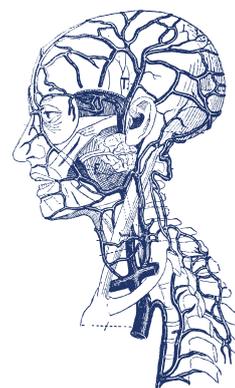


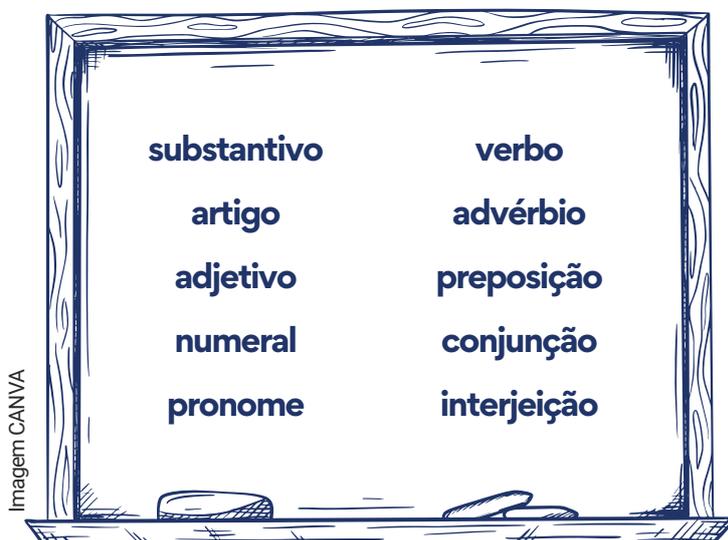
Imagem CANVA

Por exemplo, conjugar um verbo em diferentes números, pessoas, tempos e modos, como *estudo*, *estudaram*, *estudávamos* etc., é flexionar o verbo *estudar*, já formar *estudo* a partir de *estudar*, como em *o estudo da língua*, é derivar um substantivo a partir de um verbo.

Então, existe uma relação direta entre **flexão**, **derivação** e **classes de palavras**. Afinal, pelos exemplos acima, podemos constatar que:

- a flexão de *estudar* são essas porque *estudar* é um verbo, ou seja, número, pessoa, tempo e modo são categorias gramaticais exclusivas da classe VERBO;
- a derivação de *estudo* a partir de *estudar* não se restringe a esse verbo e a esse substantivo, estende-se a toda a classe verbo e a toda a classe substantivo, ou seja, todo verbo pode passar por nominalização; e
- fonema, morfema, flexão, derivação, palavra, substantivo, verbo etc. são categorias linguísticas, o que torna o ensino formal de uma língua natural um processo orientado de identificação do mesmo processo cognitivo - a *categorização* - em suas múltiplas manifestações.

A manifestação mais conhecida da categorização na Morfologia é a das palavras. As 10 categorias (ou classes) adotadas pela gramática normativa são:



Um critério morfológico para a subcategorização dessas classes é a própria flexão. Assim, a gramática normativa separa entre as classes de palavras que mudam de forma (artigo, substantivo, pronome, adjetivo, numeral e verbo) e as classes de palavras que não mudam de forma (advérbio, conjunção, interjeição e preposição). Alguns compêndios podem usar o termo *variação* no sentido de *flexão*, o que contribui para a confusão conceitual.

Vimos que **variação é o fenômeno cognitivo com manifestação social** que caracteriza todas as línguas naturais, enquanto flexão é a mudança de forma que afeta algumas classes de palavras. Sem apuro conceitual, as aulas de português ficam menos científicas que as aulas das outras disciplinas, o que não se pode admitir depois de tanta pesquisa acumulada pela Linguística.

Outro critério para subcategorizar as classes de palavras é a formação de palavras. Agora, entre as classes que podem receber novas palavras, por isso mesmo chamadas abertas (substantivo, adjetivo, verbo e advérbio), e as classes que não podem, por isso mesmo chamadas fechadas (artigo, interjeição, conjunção, preposição, numeral e pronome). Veja que é o critério adotado o que determina quais são as categorias e quais são as subcategorias.

Com base na derivação (e outros processos), chegamos à conclusão de que os processos de formação de palavras se restringem a quatro classes de palavras, o que reforça a relação entre a categorização das palavras existentes e a criação de palavras novas, tornando a derivação um mecanismo da mudança linguística. **Então, quando uma palavra nova é usada, porém nunca vista, já não é necessário perguntar se ela existe. Se não existisse, não seria usada.**

A dúvida é se sempre existiu e você não sabia (daí a importância do letramento no acesso ao acervo de palavras antigas), se passou a existir recentemente ou mesmo se é você quem está criando naquele momento (daí a importância do entendimento da expansão lexical como manifestação da mudança linguística).

No que diz respeito à derivação, tenha sempre em mente **três vias de mão dupla** (entre substantivos e verbos, substantivos e adjetivos, adjetivos e verbos) e **uma via de mão única** (entre adjetivos e advérbios):

MÃO DUPLA

Formação de substantivos a partir de verbos (sufixação: -a, -e, -o, -ção, -mento, -agem, -(d/t)ura, -da, -nc(i)a, -dor, -nte, -(t)ório, -douro)

perder → perda

aceitar → aceite

estudar → estudo

nominalizar → nominalização

render → rendimento

armazenar → armazenagem

ditar → ditadura

chegar → chegada

andar → andança

transferir → transferência

refrigerar → refrigerador

refrigerar → refrigerante

dormir → dormitório

beber → bebedouro

Formação de substantivos a partir de verbos (composição)

quebrar → quebra-quebra
empurrar → empurra-empurra
pegar → pega-pega
matar → mata-mata
esconder → esconde-esconde

Formação verbos a partir de substantivos (sufixação: -ar, -ear, -ejar, -izar)

perfume → perfumar
Caetano → caetanejar
vela → velejar
inferno → infernizar

Formação verbos a partir de substantivos (parassíntese: en-X-ar, a-X-ecer, en-X-ecer, a-X-ar, a-X-izar, es-X-ar)

gaveta → engavetar
manhã → amanhecer
tarde → entardecer
botão → abotoar
terror → aterrorizar
buraco → esburacar

Formação de substantivos a partir de adjetivos (sufixação: -(i)dade, -ez, -eza, -ice, -ície, -(d/t)ura, -(t)ude, -ismo, -ia)

suave → suavidade
pálido → palidez
belo → beleza
velho → velhice
imundo → imundície
alto → altura
jovem → juventude
fanático → fanatismo
inteligente → inteligência

Formação de adjetivos a partir de substantivos (sufixação: -al, -a/ino, -ense, -ista, -ês, -udo, -ento, -oso, -ivo, -ico)

semana → semanal
Corinthians → corinthiano
São Paulo → são paulino
Guarulhos → guarulhense
São Paulo → paulista
Portugal → português
sorte → sortudo
azar → azarento
gosto → gostoso
festa → festivo
apatia → apático

Formação de verbos a partir de adjetivos (sufixação: -ar, -ear, -izar)

limpo → limpar
claro → clarear
real → realizar

Formação de verbos a partir de adjetivos (parassíntese: a-X-ar, en-X-ecer, es-X-ecer, es-X-ar, es-X-ear)

vermelho → avermelhar
velho → envelhecer
claro → esclarecer
frio → esfriar
verde → esverdear

Formação de adjetivos a partir de verbos (sufixação: -dor, -nte, -(t)ivo)

preocupar → preocupante
compensar → compensador
chamar → chamativo

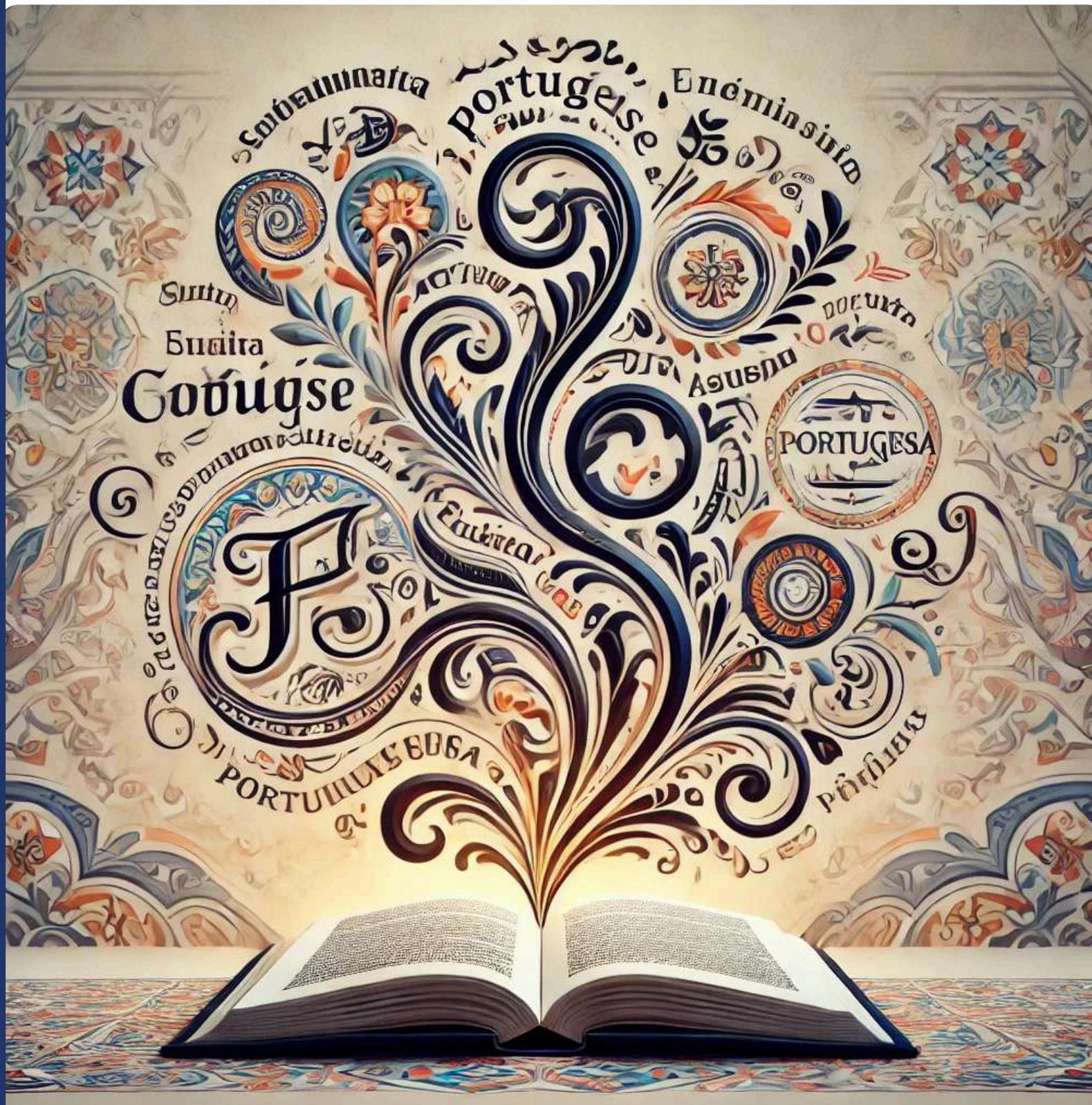
Continuação:
Volume II

Divisão Técnica de Comunicação Educacional

Colaboração: Ana Paula O. A. Santos, Anna Solano, Carla Maio, Camila Rhodes, Danielle Chaves, Diego Alves, Eduardo Calabria, Gezer Amorim, Maira Kami, Mateus Barboza, Rodolfo Santana, Talita Siebra e William Ferreira.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo - Guarulhos/SP
CEP 07113-040 - TEL.: 2475-7300
<http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br>



CIDADE DE
GUARULHOS